

**ACTA Nº: 1 – Primeira
Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de
Montalegre, realizada no dia
12 de Fevereiro de 2011**

No dia doze de Fevereiro do ano de dois mil e onze, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos e respectiva adenda:

1 – Discussão e votação da acta da 5ª sessão ordinária realizada no passado dia 18 de Dezembro de 2010.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Proposta definitiva de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento de Produção Pecuária.

4.3 – Actualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais / Ano 2011 / Informação para conhecimento.

4.4 – Benefícios Relativos à Interioridade /Pedido de Isenção de pagamento de IMT, em que é requerente: Sol Eterno, Lda. / Informação para Ratificação.

4.5 – Construção do Edifício Albino Fidalgo II – Loteamento do Cerrado / Proposta de apreciação e aprovação do prolongamento do referido projecto – 2004-I-4, com a classificação – 0203 07010201, para o ano de 2012, bem como os encargos financeiros daí decorrentes – Alteração ao PPI para ano de 2012 no valor de € 156.000,00.

5 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Manuel Carvalho, Nuno Pereira, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Domingos Lopes, Carla Rodrigues, António Santos, Ana Martins, Rui Alves, José Alves, Manuel Antunes, José Ferrage, Amadeu Dias, Ricardo Moura e António Dias.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Luís Carril, Nuno Pereira, Carla Rodrigues, Cristóvão Calhelha, Joaquim Alves, António Dias, José Dias e Paulo Pinto.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Pedro Giesteira, António Santos, Francisco Surreira e Márcio Azevedo.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os vereadores António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Manuel Orlando Fernandes Alves e Duarte José Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 5ª sessão ordinária realizada no passado dia 18 de Dezembro de 2010.

A acta da sessão ordinária do dia 18 de Dezembro de 2010 foi posta à consideração, tendo os deputados Domingos Vasconcelos e Pedro Barroso feito alguns reparos.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que faltou à sessão do dia 24 de Setembro de 2010 justificando a falta, mas na acta aparece a falta como injustificada. Pede que seja rectificadada esta situação.

O deputado Pedro Barroso, relativamente às críticas que fez e transcritas na acta, disse que convém que sejam bem fundamentadas pois quem lê a acta não entende e pensa que só se critica por criticar.

O Senhor Presidente da Assembleia, depois de verificado o comprovativo do envio da justificação da falta por via electrónica, confirmou que houve um erro informático e, desta forma, decidiu justificar a referida falta do deputado Domingos Vasconcelos. Disse ainda que é impossível transcrever na íntegra o que foi dito na sessão da Assembleia, mas se os deputados quiserem ver a sua intervenção transcrita de forma integral, a melhor forma é entregarem-na por escrito.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento à Assembleia do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia designou o deputado Alberto Fernandes para integrar a Mesa da Assembleia como 2º Secretário, devido à ausência do 1º Secretário, Manuel Carvalho.

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte, António Cascais, Luís Carril, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, José Carvalho e José Acácio Moura.

O deputado Manuel Duarte felicitou, em nome pessoal e em nome da Associação de Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã, a organização da Feira do Fumeiro e a Câmara Municipal pelo sucesso deste certame. Elogiou o "Programa das Festas" da RTP pela divulgação e pelo impacto que este programa teve a nível nacional e internacional. Disse ainda que alguma imprensa local tratou este assunto muito superficialmente quando devia dar-lhe mais relevo pela importância que tem para a região. Sobre a inauguração do Parque eólico de Montalegre, disse que a imprensa local foi mal-educada quando disse que o Presidente da Câmara, no seu discurso nada disse. Deviam ter outra atitude pois enquanto uns se preocupam em dignificar o nome do concelho, outros fazem o contrário.

O deputado António Cascais reconheceu o mérito da Feira do Fumeiro, mas se algumas críticas forem expostas é com o intuito de se melhorar a organização. Falou do acto eleitoral que ocorreu no passado dia 23 de Janeiro, acto esse que decorreu com grande normalidade, demonstrando maturidade dos eleitores. Disse ainda que o concelho de Montalegre está no ranking dos concelhos com maior abstenção, sendo a freguesia de Covelães a freguesia onde se verificou a maior taxa de absentismo. Disse que cabe aos Presidentes da Junta informar previamente quem são os membros que ficarão nas mesas eleitorais e devem ter também em conta as condições das salas pois foi informado que uma das salas nem electricidade tinha. Tem que se dar dignidade ao acto.

O deputado Luís Carril pediu esclarecimentos sobre o programa estágios profissionais. Perguntou qual a participação da entidade e qual a participação do IEFP e se os estagiários têm que fazer estágio na Associação onde estão integradas ou não.

O deputado Acácio Gonçalves falou do agendamento das Assembleias e anunciou a apresentação de uma proposta, com voto secreto, para ver o interesse das reuniões ao sábado. Disse que não se admite que todas as reuniões sejam feitas ao sábado até porque hoje há a inauguração da sede da

Banda de Parafita e ninguém da Assembleia e da Câmara Municipal vai estar presente.

O deputado Pedro Barroso disse que a Banda de Parafita merece o respeito e carinho de todos, mas concorda que as reuniões da Assembleia sejam feitas ao sábado. Deixou os louvores à organização da Feira do Fumeiro e disse que esta não merece ser criticada. Disse ainda que se podia aproveitar este tipo de evento para revitalizar outro tipo de feira, como a feira dos produtos da terra, ou então, aumentar os dias da feira do fumeiro, beneficiando outras pessoas. Falou das casas abandonadas no concelho e perguntou se a Câmara tem algum projecto ou algum tipo de punição para os proprietários.

O deputado José Carvalho disse que na Assembleia de Setembro pediu dois rails na descida de Paredes para a Borralha e ainda não foram colocados. Disse que a estrada Salto/Paredes, com a construção das eólicas, ficou bastante danificada e merece um arranjo.

O deputado José Acácio Moura, sobre a abstenção, disse que onde se sentiu mais foi na freguesia de Covelães, mas isso deve-se à não comparência da comunidade emigrante no acto eleitoral. Sobre a Feira do Fumeiro, deu os parabéns aos produtores, organização e à Câmara pelo sucesso que este certame teve. Quem anda pelo país fora ouve com agrado os elogios e admira-se com um artigo escrito pelo deputado Manuel Ramos em que diz que a Câmara anda a esbanjar dinheiro com o turismo. Disse que isso não devia ser dito pois apostar no turismo é um bom investimento pois só assim se aumenta o número de visitantes. O problema não está no dinheiro que a autarquia investe. Está nos particulares que não criam condições para que os visitantes queiram cá voltar. Disse ainda que a Câmara não gastou só dinheiro com o turismo pois se não as outras obras teriam parado todas e elas estão feitas.

O Presidente da Assembleia Joaquim Pires disse que a responsabilidade de agendar as sessões da Assembleia Municipal é dele, mas pensou que correspondia às expectativas de todos.

O Senhor Presidente da Câmara falou da sede da Banda de Parafita e disse que, mesmo que tenha que se ausentar da Assembleia, irá estar presente no acto solene. Informou que no dia 24 de Fevereiro será discutida a proposta de criação da Unidade Local de Saúde na Assembleia da República e pediu que cada Município do Alto Tâmega levasse representantes do concelho para manifestar o interesse da região. Sobre a promoção da Feira do Fumeiro e sobre as pessoas que tudo desvalorizam, disse que não se pode ligar a isso pois a opinião pública sabe avaliar e julgar. Sobre a inauguração do Parque eólico, a Câmara não recebeu o Primeiro-ministro. O Presidente da Câmara foi convidado como tantas outras pessoas. Referiu ainda que alguém disse que as rendas da EDP não vão ser conquista deste Presidente da Câmara, mas só não conseguirá se desistir, mas ele não desiste. Sobre os membros da Assembleia de Mesa de Voto, disse que o critério foi o de manter os mesmos, mas, como não eram eleições autárquicas, não houve grande interesse. Sobre os protocolos dos

estágios com as Associações, disse que são previstas cooperações entre instituições. Disse que a Câmara paga a parte que cabe à Associação e o resto paga o IEFP. Trata-se de uma iniciativa social e um apoio ao dinamismo. Disse que não se podem comparar iniciativas com a feira do fumeiro pois não vê interesse, por parte dos agricultores interesse em produzir para fazer a dita feira. Se houver interesse e produto fazem-se as feiras que quiserem. A Câmara está aberta a sugestões. Sobre a recuperação das casas velhas, disse que a Câmara tem um estímulo de isenção de taxas que tem alguma projecção. Sobre a colocação de railes, disse que vão ser colocados sobre empreitada. Sobre a promoção do concelho, só um míope e um fanático é que não vê os efeitos e os retornos que isto traz para todo o concelho. Há um novo sector da economia barrosã, que é o turismo, e é neste que se deve apostar. Não adianta a ruralidade se não tivermos um bom turismo para se saber receber.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais, sobre o agendamento das reuniões da Assembleia, disse que todos têm as suas preferências e o critério do Presidente da Assembleia é legítimo e está proclamado no regimento.

O deputado Acácio Gonçalves disse que retirava a proposta, mas marcar continuamente a Assembleia aos sábados não se admite. Não há regras sem excepção.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Proposta definitiva de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento de Produção Pecuária.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Manuel Duarte, Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Pedro Giesteira e Francisco Surreira.

O deputado António Cascais disse que concorda com a intenção da proposta apresentada, mas discorda sob o ponto de vista formal. Não vê qual a intenção do controlo directo do Presidente da Câmara e da aprovação das candidaturas. Este regulamento pode trazer intenção de controlo e a Câmara tem a possibilidade de saber o efectivo de animais do ano em curso. Em termos de pagamentos, disse que estes deviam ser trimestrais pois o pagamento anual não é pedagógico pois os agricultores podem dar fim ao dinheiro sem o aplicar no que devem. Disse que a bancada que representa vota favoravelmente, no entanto não podia deixar de fazer estes reparos.

O deputado Manuel Duarte disse que concorda com o espírito da proposta e que o pagamento seja feito de forma trimestral. Esta proposta vai obrigar os agricultores a apresentar a sua folha de IRS.

O deputado Acácio Gonçalves disse que sempre foi contra o subsídio que a Câmara dava à Cooperativa, mas só agora, que apareceram outras associações e como tinham que igualizar direitos, a Câmara decidiu alterar o protocolo. Disse ainda que este protocolo vai contra as leis da Comunidade Europeia e é provável que os agricultores fiquem sem outros subsídios.

O deputado Pedro Barroso disse que o Presidente da Câmara fez o "mea culpa", relativamente a protocolos anteriores, e por isso o aparecimento deste novo protocolo. Disse que a criação de novas associações de agricultores é um desperdício em matéria humana e uma má gestão de recursos, tendo a Câmara de ter uma intervenção mais activa neste sentido. Daí a sua defesa da necessidade do pelouro da agricultura no Município de Montalegre.

O deputado Pedro Giesteira elogiou a Câmara Municipal por esta medida pois a declinação da actividade agrícola é grave. Todos os agentes agrícolas deviam unir-se para que o concelho consiga singrar neste sector, pois só com toda a gente unida é que se consegue arranjar um eixo e um fio condutor para alcançar o sucesso.

O deputado Francisco Surreira disse que a Associação de Criadores de Raça Barrosã não apareceu só agora. Já existe há muito tempo e começou a fazer a sanidade pois toda a gente sabe da situação da Cooperativa. Há animais que não são saneados há dois anos. Esta associação decidiu unir-se à AATBAT para colmatar as necessidades dos agricultores, depois de várias reuniões inconclusivas com a direcção da cooperativa.

O Senhor Presidente da Câmara disse que este protocolo roda à volta da sanidade animal e já acusaram a Câmara de ser culpada da situação dos animais do concelho, mas culpados são aqueles que não cumprem a lei. Disse que a Câmara não se deve sobrepor às associações e só em situação de caos é que o fará. Se a sanidade é feita por três associações devem ter noção de que estão a deitar dinheiro fora. Devia haver mais cooperação, mas quanto mais o tempo passa mais noção tem que é muito difícil conseguir-se o espírito de cooperação em Barroso. Toda a gente fica prejudicada e todos deviam ser mais

responsáveis. Relativamente aos pagamentos, disse que pagar trimestralmente iria criar muita confusão pois as pessoas só podem receber pela avaliação anual. Disse ainda que a tutela da agricultura já a tinha há muito tempo, mas não é do seu agrado. Pediu aos autarcas que sensibilizem as associações de que o seu principal objectivo é servir os agricultores.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.3 – Actualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais / Ano 2011 / Informação para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – Benefícios Relativos à Interioridade / Pedido de Isenção de pagamento de IMT, em que é requerente: Sol Eterno, Lda. / Informação para Ratificação.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta de isenção de benefícios relativos à interioridade foi ratificada por unanimidade, de acordo com a informação apresentada.

4.5 – Construção do Edifício Albino Fidalgo II – Loteamento do Cerrado / Proposta de apreciação e aprovação do prolongamento do referido projecto – 2004-I-4, com a classificação – 0203 07010201, para o ano de 2012, bem como os encargos financeiros daí decorrentes – Alteração ao PPI para ano de 2012 no valor de € 156.000,00

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta do prolongamento do projecto "Construção do Edifício Albino Fidalgo II – Loteamento do Cerrado – 2004-I-4, com a classificação – 0203 07010201, para o ano de 2012, bem como os encargos financeiros daí decorrentes – Alteração ao PPI para ano de 2012 no valor de € 156.000,00" foi aprovada por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

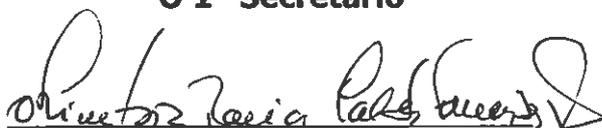
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia



Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário



Maria Olímpia Fernandes Caldas Vinhas

O 2º Secretário



Alberto Martins Fernandes